

28 ABR 1981 con - Brasil

Ameaça de renegociar dívida foi afastada"

Rio — As transformações introduzidas pelo governo na política econômica, no fim do ano passado, afastaram a ameaça de uma renegociação da dívida externa, provavelmente apoiada em um empréstimo do Fundo Monetário Internacional. Poucas pessoas imaginam o que seriam os sofrimentos da sociedade brasileira se as reservas em moeda forte do país caíssem ainda mais baixos, que o obrigasse a essa saída. A dieta não seria um desaquecimento, mas uma recessão que deixaria o empresariado com saudades de 1965.

Esta opinião foi manifestada ontem pelo ex-ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, em palestra para um grupo de executivos financeiros, no Hilton Hotel, em São Paulo. Ele está convencido de que o mais importante já foi conseguido: a reconquista da credibilidade externa, ameaçada por uma série de medidas não ortodoxas aplicadas em 1979, que levou a um aumento do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos, a uma perda exagerada de reservas internacionais e ao recrudescimento da inflação, que ultrapassou o nível de 100%.

Hoje, ele acha que os resultados conseguidos no primeiro trimestre comprovam o acerto das correções de rumo que foram feitas e afirma que o ingresso de US\$ 4,6 bilhões sob a forma de empréstimos externos parece ter enterrado a incômoda controvérsia sobre a necessidade ou não de o Brasil recorrer ao aval do FMI, a fim de resolver seus problemas de balanço de pagamentos.

As medidas que Simonsen alinha como importantes para o reordenamento da economia e sua aproximação de uma política ortodoxa são: liberação das taxas de juros; o fim da prefixação das correções monetárias e cambial; aceleração das minidesvalorizações, recentemente reforçada pela ressurreição do crédito — prêmio do IPI a exportação de manufaturados; arbitramento da correção monetária em um nível que estimula a poupança; política monetária austera, que tem mantido as taxas de expansão dos meios de pagamento em um ano na faixa de 65%; limitação da expansão do crédito bancário em 50%, com limites predeterminados por trimestre; redução, ainda que discreta, dos subsídios à agricultura e à exportação; aceitação dos "spreads" dos empréstimos externos fixados pelo mercado, ao invés de sua limitação apriorística pelo Banco Central.

Com isso, prossegue o diretor da escola de pós-graduação em economia da Fundação Getúlio Vargas, o déficit do balanço comercial no primeiro trimestre limitou-se a menos de um terço do registrado em igual período do ano passado, desincentivou-se o consumo, particularmente o de bens duráveis.

Reconhece Simonsen que o esforço contra a inflação ainda não apresentou os frutos esperados. As razões, segundo ele, são, em primeiro lugar, porque não há terapia instantânea para a ebulição dos preços. E, em segundo, porque a atual legislação salarial constitui um obstáculo a um rápido processo de cura da inflação.